

Teoria eliasiana e as relações sociais na educação especial brasileira

Eliasian theory and social relations in Brazilian special education

Flávio Lopes dos Santos
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES – Vitória – Brasil
flaviolopesgv@gmail.com

Alexandre Bazilatto
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES – Vitória – Brasil
alexandrebazt@gmail.com

Edson Pantaleão
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES – Vitória – Brasil
edpantaleao@hotmail.com

Resumo

O presente ensaio objetiva usar conceitos da teoria sociológica figuracional de Norbert Elias para analisar a interdependência entre Estado, escola e o estudante público-alvo da Educação Especial no Brasil. As teses eliasianas ajudam-nos a explicitar os contextos sociológicos do estudante na Educação Especial, evidenciando as relações existentes na teia social (família, amigos, escola, cidade, estado, entre outras) no qual encontra-se inserido. Apesar do autor não abordar questões diretamente relacionadas ao campo da educação e Educação Especial, sua teoria nos conduz a afirmar que o estudante público-alvo da Educação Especial, apesar de se tratar de um homines aperti, também é um *outsider*, modelável por suas experiências de vida dentro de um grupo, mas carregado com estigmas gerados pelos aspectos biológico e sociais que geram uma identificação social e estigmatização do ser. O palco dessas inter-relações é o ambiente escolar, com função importante no processo civilizador, para (re)produzir comportamentos, pensamentos e ações. O indivíduo só se humaniza ao aprender a agir, falar e sentir no convívio com os outros de forma que seja aceitável socialmente e aqueles que não se adequam a esse modelo de comportamento tem o acesso a instrumentos de poder de forma restrita ou nula, fenômeno já comprovado historicamente no Brasil, como por exemplo, a segregação desse público do ambiente escolar. Portanto, os conflitos característicos dessas inter-relações no ambiente escolar e a política educacional do Brasil tornam evidentes as problemáticas sociológicas do estudante da Educação Especial, facilitando o entendimento das disputas e o equilíbrio na teia social.

Palavras-chave: Norbert Elias, Educação, Educação Especial, Público-alvo da Educação Especial.

Abstract

This essay aims to use concepts from Norbert Elias' sociological figurational theory to analyze the interdependence between the State, school and Special Education students in Brazil. The Eliasian theses help us to clarify the sociological contexts of the student in Special Education, highlighting the existing relationships in the social web (family, friends,

school, city, state, among others) in which they are inserted. Although the author does not address issues directly related to the field of education and Special Education, his theory leads us to state that the Special Education students, despite being a *homines aperti*, is also an *outsider*, modelable by his experiences of life within a group, but loaded with stigmas generated by biological and social aspects that generate a social identification and stigmatization of the being. The stage of these interrelationships is the school environment, with an important role in the civilizing process, to (re)produce behaviors, thoughts and actions. The individual only becomes humanized by learning to act, speak and feel in the coexistence with others in a way that is socially acceptable and those who do not fit this model of behavior have access to instruments of power in a restricted or null way, a phenomenon that is already historically proven in Brazil, such as the segregation of this public from the school environment. Therefore, the characteristic conflicts of these interrelationships in the school environment and the educational policy in Brazil make the sociological problems of the Special Education student evident, facilitating the understanding of disputes and the balance in the social web.

Keywords: Norbert Elias, Education, Special Education, Special Education students.

1. Introdução

O presente ensaio objetiva utilizar dos conceitos da teoria sociológica figuracional de Norbert Elias para analisar a interdependência entre Estado e escola, com o enfoque no estudante público-alvo da Educação Especial no Brasil. A organização de grupos sociais e a modalidade Educação Especial podem ser compreendidos como parte do ambiente escolar brasileiro, sendo este um fenômeno social passível de investigação. Conceitos como figuração, estabelecidos e *outsiders*, balança de poder, processo civilizador e *habitus* social nos permitem compreender que o processo de interdependência existe em todas as figurações sociais, e que as relações humanas e sociais descritas neste trabalho fazem parte de uma perspectiva microssocial.

O estudo é caracterizado como um ensaio crítico fundamentado em Norbert Elias, no intuito de favorecer a compreensão do fenômeno da modalidade Educação Especial no contexto escolar e o grupo social reconhecido pela legislação brasileira, bem como auxiliar na apresentação de possibilidades da dinâmica social do espaço que ocupam. Para este ensaio utilizou-se como referencial teórico as obras de Norbert Elias publicadas no Brasil, em especial “A Sociedade dos Indivíduos” (ELIAS, 1994a) e “Os estabelecidos e os *outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade” (ELIAS, SCOTSON, 2000), compostas de análises e reflexões sobre as configurações de seres humanos interdependentes em uma sociedade e as legislações principais do Brasil como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacionais (LDBEN) de 1996, a Política Nacional de Educação (PNE) de 2014 e a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) de 2008. Adicionamos também informações de nossa prática como professores/pedagogos do trabalho com a Educação Especial a fim de relacioná-las com a teoria eliasiana.

A teoria sociológico-figuracional de Norbert Elias (1993; 1994a; 1994b; 1998a; 1998b; 2000; 2001a; 2001b; 2001c; 2006; 2011; 2014) aborda a dinâmica social como uma rede indissociável formada entre indivíduo e sociedade em uma relação de interdependência nos âmbitos macro e microssocial. Portanto, torna-se impossível considerar o indivíduo sem criar uma conexão entre sua história e emoções (psicogênese) e a sociedade (sociogênese) com suas relações sociais que Elias faz analogia a uma rede de tecido. Os laços socialmente estabelecidos que nos ligam, não se constituem de forma intencional, ou de forma planejada por um único indivíduo ou grupo. Esses laços são resultados de uma interdependência que se constitui dessas relações. Como

consequência dessa longa cadeia de relações, os sentimentos passam a ter valor, mas podem gerar tensões de acordo com os interesses de cada grupo.

Assim, entendemos a crítica de Elias, ao identificar como errôneo considerar o homem como fechado (*homo clausus*), em sua forma solitária, sem conexão com o contexto social. As relações de interdependência geram processos sociais (teias ou redes) e estes formam diversas figurações (ou configurações), como as relações entre indivíduo e Estado, indivíduo e escola, indivíduo e família, e outras múltiplas formações. Na escola estabelece laços entre estudantes, entre estudante e professor, entre estudante e os funcionários, professores e o diretor, e várias outras figurações. Elias conceitua figuração como “do entrelaçamento de incontáveis interesses e intenções individuais” (ELIAS, 1993, p. 140). De acordo com o autor, “[...] professores e estudantes numa aula, médicos e doentes num grupo terapêutico, clientes habituais num bar, crianças num infantário – todos eles constituem configurações” (ELIAS, 2014, p. 143).

Norbert Elias não se dedicou a pesquisar a educação ou a Educação Especial; o grande problema sociológico por ele investigado foi a constituição das relações entre indivíduo e sociedade. No entanto, as considerações que fazemos é que a forma atual que conhecemos de educação (materializada no ambiente escolar) e a Educação Especial como modalidade do sistema, são frutos de uma série de mudanças sociais (macro e micro) e que se encontram em constante mutação. Portanto, há elementos que nos levam a desenvolver uma perspectiva de investigação teórica em direção a desvendar as relações existentes no ambiente escolar e a constituição de grupos sociais nele inseridos, como os estudantes com deficiência.

Desse modo, identificamos que não existe um ser humano que esteja desconectado de relações sociais no ambiente escolar, estando todos inseridos em um contexto pré-estabelecido, em um complexo funcional de estrutura bem definida (ELIAS, 1994) que deve ser seguido como um padrão. Este modelo de sociedade escolar, que nos é imposto, apresenta variações ou peculiaridades que se diferenciam em tempos e localidades, e que também nos influenciam nos modos de pensar e agir. Mesmo que diferentes, os indivíduos (estudantes) estão se relacionando e formando redes de interdependência e figurações que são próprias desse ambiente.

À medida que se relacionam (estudantes, professores, estagiários, diretor, e outros profissionais) nesse ambiente micro (a escola), estes produzem padrões de autorregulação que são adquiridos no coletivo e que historicamente recebem diferentes significados. Elias identifica que esses padrões são apropriados pelos indivíduos de acordo com o tempo e espaço onde estão inseridos, como uma forma de autocontrole, ensinando uns aos outros a comportar-se de forma adequada ao social.

Vale destacar que este ensaio foi motivado por dados oriundos da produção científica e de nossa vinculação ao grupo de pesquisa “Políticas, Gestão e Inclusão Escolar: contextos e processos sociais” que desenvolve uma pesquisa apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, intitulada “Política orçamentária e trabalho docente na educação especial em realidades brasileiras e mexicanas”, com o objetivo de analisar a interdependência política orçamentária e trabalho docente na garantia do direito à educação das crianças e dos adolescentes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e/ou com indícios de altas habilidades e/ou superdotação, em realidades brasileiras e mexicanas, incluindo outras realidades como os Estados Unidos e Inglaterra. As pesquisas realizadas pelo grupo têm a teoria eliasiana como base teórica e metodológica.

2. O natural e o social: a importância da escola no Processo Civilizador

De acordo com a teoria eliasiana, somos parte de uma ordem natural e uma ordem social (ELIAS, 1994a). A ordem natural está conectada com o aspecto biológico do ser

humano e sua entidade orgânica. A ordem social relaciona-se com um processo social automático que avança em determinada direção, ou seja, fazemos parte de um desenho social constituído pelas relações que estão em constante mutação. O ambiente escolar possui um desenho social constituído, formado por etapas visando uma progressão, mas que sofreu (e continua sofrendo) mutações com o avanço do tempo. Dessas mutações, é possível perceber que o ser professor do século XVI é diferente do ser professor no século XXI, sendo alterado sua forma de trabalho com a chegada da tecnologia e outras metodologias. Na relação entre o biológico e o social que também estão sempre relacionados, passamos por um processo de humanização ao demonstrar sermos capazes de aprender a agir, falar e sentir no convívio com outros indivíduos (ELIAS, 1994a). Observamos o poder da sociedade ao reconhecer que ela molda o nosso comportamento, pensamentos e ações. Essas capacidades citadas por Elias, apesar de serem importantes no processo civilizador do estudante, são diferentes em cada indivíduo, podendo estar limitadas seja pelas condições social ou biológica.

O público-alvo da Educação Especial (PAEE) possui sua ordem natural e social diferenciadas em relação aos outros estudantes do ambiente escolar. Quanto a ordem natural, a legislação brasileira considera PAEE aqueles indivíduos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008a), características que podem diferenciá-los do aprender a agir, falar e sentir no convívio com o outro, conforme apontado por Elias (1994a). Portanto, moldar esses indivíduos requer um formato social diferenciado, já que suas necessidades são diferenciadas. Podem, não se adequar sem auxílio ao formato de escola imposto socialmente à maior parte dos estudantes. Observamos isso quando, historicamente, a sociedade adotou uma abordagem de exclusão/segregação (ou até negação do direito) daqueles que não se adequavam ao formato socialmente imposto.

Quanto ao social, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em seu artigo 59 (BRASIL, 1996), dispõe sobre as garantias didáticas diferenciadas, como currículos, métodos, técnicas e recursos educativos; terminalidade específica¹ para os estudantes que não possam atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude da deficiência; especialização de professores em nível médio e superior e educação para o trabalho, além de acesso igualitário aos benefícios sociais (BRASIL, 1996; MANTOAN, 2002). Essas garantias apontadas pela LDBEN podem ser consideradas como recursos para que os estudantes que se diferenciam por fatores naturais sejam capazes de alcançar aquilo que é exigido pela sociedade.

O próprio convívio com o outro, apontado como fator importante para Elias (1994a) no processo civilizador, nem sempre esteve disponível para o público-alvo da Educação Especial da mesma forma que está disponível para os outros estudantes. O formato segregado de escolarização foi adotado durante longo período, substituído (ainda não em sua totalidade) pelas classes inclusivas, onde estudantes com deficiência dividem espaço com outros estudantes na sala de aula regular. Observa-se que a própria Educação Especial se encontra em constante mutação (do segregado ao inclusivo), bem como a escola e as políticas públicas que a influenciam e moldam.

Portanto, estamos imersos em um contexto histórico-social longo e inacabável, e passamos por um processo de humanização (transformação e modelação) ao nos apropriarmos de padrões que Elias define como processo civilizador (ELIAS, 1993).

¹ A terminalidade específica, de acordo com o caderno “Estratégias e orientações para a educação de estudantes com dificuldades acentuadas de aprendizagem associadas às condutas típicas” (BRASIL, 2002, p. 43) é uma certificação de conclusão de escolaridade, fundamentada em avaliação pedagógica, com histórico escolar que apresente de forma descritiva, as habilidades e competências atingidas pelos educandos com dificuldades acentuadas de aprendizagem associadas às condutas típicas. É o caso dos alunos cujas necessidades educacionais especiais não lhes possibilitaram alcançar o nível de conhecimento exigido para a conclusão do ensino fundamental, respeitada a legislação existente, e de acordo com o regimento e o projeto pedagógico da escola (SANTOS, BAZILATTO, MILANEZI, 2020).

Segundo o autor, processo civilizador é “um percurso de aprendizagem involuntária pelo qual passa a humanidade”, a respeito dos moldes socialmente adequados de comportamento, influenciados pelo tempo e espaço onde o indivíduo se encontra (ELIAS, 2006, p. 36). Iniciamos nosso processo civilizador no nascimento, no contato social, inicialmente em nosso lar e com o tempo, a escola assume função importante em certo período de nossas vidas nesse processo, além do conhecimento científico. Essa ideia de (auto) controle no processo civilizador, está relacionada duplamente entre o interno e o externo, ou seja, com atitudes e emoções, devendo nos controlar na forma de pensar e agir. Para Elias (2011), as sociedades vivem um processo civilizador em constante mutação, embora com diferentes significados, conforme o contexto histórico.

Para comprovar sua teoria do processo civilizador, Elias descreve as relações sociais existentes nas sociedades guerreiras, feudal, de corte absolutista e a sociedade burguesa. O autor explicita os mecanismos sociais, históricos, políticos e econômicos que possibilitaram a existência das diferentes figurações e tipos de sociedade nestes diferentes momentos em que predominavam esses modelos de organização social.

Nas figurações mais recentes, em um contexto micro, é importante refletir a função social da escola no processo civilizador e suas conexões na atualidade. Segundo Elias (1994a, p. 160), há dois traços que comprovam que os seres humanos estão estreitamente conectados, sendo o primeiro deles:

a capacidade de transmitir um registro simbólico do conhecimento social de uma geração para outra, sendo esse conhecimento mutável e, portanto, passível de crescimento; e, em segundo lugar, a inexistência de uma forma de socialização biologicamente determinada, isto é, específica de uma espécie [...].

O termo ‘biologicamente determinada’, citada por Elias, encontra-se diretamente conectada com os estudantes PAEE que possuem a sua forma de socialização, incluindo a socialização do conhecimento científico escolar, tratado de forma específica (diferenciada) por conta de suas necessidades. Para acessarem o currículo escolar, os estudantes PAEE não podem ser inseridos no ambiente escolar como os outros estudantes já que a falta do atendimento de suas necessidades específicas prejudica seu acesso ao conteúdo escolar e por consequência seu rendimento. Aqui abordamos a perspectiva da educação inclusiva na Educação Especial, importante para a acesso e permanência do estudante PAEE no ambiente escolar.

O ambiente escolar e sua pluralidade de sujeitos e figurações, apresenta aos estudantes um ambiente rico de conhecimentos sociais e científicos. As relações de poder, iniciadas em casa entre pais e filhos, seguem em continuidade, mas com novas relações como entre professor e estudante, diretor e estudante, professor e diretor, entre outras figurações (SARAT, 2014). Observar a diversidade de sujeitos e as características que os diferenciam como raça, classe social, gênero, religião, deficiência que podem ser identificadas no ambiente escolar, auxiliam a moldar a perspectiva de olhar do indivíduo em relação ao outro. As relações de autorregulação de acordo com as regras sociais do ambiente escolar como hora de chegada, hora de intervalo, troca de professor, formato da sala de aula, momentos de silêncio e interação, moldam o comportamento do indivíduo para a vida adulta. São aspectos importantes e com características peculiares que nos afastam do estado ‘animal e primitivo’ para um processo de civilidade e regulação das pulsões (emoções) no período escolar. Para Sarat (2014, p. 165), “os espaços educativos representados pela escola são lugares de controle e autocontrole que vão se transformando e tornando-se mais complexos”.

Assim, na transmissão do conhecimento e da autorregulação, a escola desempenha uma função essencial no processo civilizador por ser um dos espaços onde aprendemos a ter controle emocional e comportamental e ser o local designado socialmente para a transmissão do registro simbólico do conhecimento citado por Elias

(1994a). Trata-se de um local de continuidade da aprendizagem da capacidade de socialização, comumente iniciado no convívio familiar. Fora da escola, a criança pode estar restrita apenas ao convívio familiar, sua dinâmica social mais íntima - como praticado com a segregação dos estudantes PAEE. Nesse contexto, que iniciamos nosso processo de aprendizagem, reproduzindo comportamentos que nos são apresentados como aceitáveis, e prosseguimos na escola como um processo de amadurecimento à vida adulta, porque “a criança não é apenas maleável ou adaptável em grau muito maior do que os adultos. Ela precisa ser adaptada pelo outro, precisa da sociedade para se tornar fisicamente adulta” (ELIAS, 1994, p.30).

Diante desse processo, o indivíduo só se humaniza ao aprender a agir, falar e sentir no convívio com os outros e de forma aceitável socialmente, seja em família ou na escola. O próprio termo ‘aceitável’, utilizado por Elias, é uma construção social que depende do entendimento do *habitus* social, época e localidade para compreendê-lo. Para alcançar o aceitável, dependemos, de acordo com Elias (1994a), da nossa constituição natural (biológico) que nos prepara para aprendermos com os outros e para vivermos com os outros, para sermos mantidos e cuidados uns com os outros. Somos indivíduos dependentes da dicotomia biológico e social e estas encontram-se interrelacionadas.

O controle social e psicológico do comportamento pode ser reduzido – não apenas aqui ou ali, como constantemente acontece em todas as épocas, mas em toda a humanidade. E o tipo específico de comportamento a que se faz referência como “civilizado” ou “individualizado” pode dar margem a formas de comportamento ou experiência movidas por impulsos animais de curto prazo (ELIAS, 1994, p. 13).

Ao tratar da existência de uma interrelação entre o comportamento civilizado e a organização da sociedade ocidental sob a forma de Estado, sendo estes resultados das relações entre os indivíduos em uma sociedade, Elias afirma que a civilização é um processo inacabado e em constante mutação e que ela está relacionada com alterações na estrutura social e também nas estruturas de personalidade dos indivíduos (BRANDÃO, 2003). Essas estruturas se moldam e colocam pessoas em diferentes posições sociais.

3. A relação estabelecidos e *outsiders* na Educação Especial

Como indivíduos, somos formados por nossa história individual e particularidades, nos constituindo como uma entidade singular (identidade-eu). Durante nosso desenvolvimento social, observamos, seja na forma de grupos ou individualmente, de que não existe um único nível social, mas muitos níveis sociais e com diferente acesso ao poder. Diversos fatores podem causar o que Elias (1994b) considera diferenciação social na formação de grupos humanos. Essa diferenciação pode acontecer pela ordem natural (fatores biológicos) ou pela ordem social (fatores culturais), e é responsável pela sua conexão com um grupo.

Quanto as diversidades, podemos considerar como estigmatizador que fatores biológicos sejam considerados como sinal de inferioridade de um indivíduo para outro, imposto socialmente por determinado grupo (molde social). Ao reconhecermos os estudantes PAEE e incluí-los no ambiente escolar, pode ocorrer uma abordagem estigmatizadora, característica da influência do macro ao microsocial, da sociedade para o ambiente escolar, já que a estigmatização de incapacidade ou inferioridade pode ter início fora do ambiente escolar.

Na percepção das diferenciações existentes nos grupos sociais, reconhecemos elementos da vida em sociedade como superioridade social e moral, autopercepção e reconhecimento, pertencimento e exclusão como motivadores de conflitos em uma relação de poder. Ao analisar a processualidade das relações sociais, Elias (1994b)

fundamenta a sociodinâmica em chances de poder entre indivíduos e grupos. Para o autor, o conceito de poder demonstra a oportunidade que indivíduo ou grupo de indivíduos têm de influenciar de forma a regular ou definir o destino daqueles que mantêm alguma relação de interdependência. Gebara e Lucena (2011, p. 57) afirmam que

[...] o poder é fruto de relações e, portanto, não é um fato posto e situado que pode ser isolado como uma coisa qualquer, mas algo relacional, inerente às interdependências que se estabelecem na prática social.

Elias e Scotson (2000) identificam a presença de dois grupos de atores sociais, os estabelecidos e os *outsiders* também presentes nas relações e figurações do ambiente escolar. Os autores apresentam uma análise do equilíbrio de poder na inter-relação entre grupos estabelecidos, que gozam de privilégio e poder, e os *outsiders* (de fora), que são marginalizados por não se encaixarem em determinado padrão imposto socialmente ou biologicamente. Assim, há diferenças entre os grupos recebem destaque e estigma, em que o

[...] grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo outsider as características 'ruins' de sua porção 'pior' – de sua minoria anômica. Em contraste, a auto imagem do grupo estabelecido tende a se modelar em seu setor exemplar, mais 'nômico' ou normativo (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 22-23).

O poder de ação e decisão estão diretamente ligados à nossa figuração na sociedade. Nossa liberdade individual de decisão é sempre limitada e variável, mas pode ser mais limitada ao grupo considerado *outsider*, pois seu acesso à instrumentos de poder costuma ser mais restrito ou nulo, dependendo de sua relação com os estabelecidos.

O sistema de pontuação/conceito em avaliações no contexto escolar, um padrão social imposto, pode ser considerado um referencial na balança de poder em uma sala de aula, sendo aqueles com as maiores notas com um reconhecimento social de que são os melhores no ambiente escolar. O sistema apresenta, nesse contexto, uma diferenciação dentro do próprio grupo de estudantes PAEE. Em sua definição, na legislação brasileira, estão incluídos como estudantes PAEE com altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2008a). Estes, apesar de serem reconhecidos como público-alvo, possuem um tratamento diferenciado quando inseridos na dinâmica social de hierarquia constituída pelas notas em avaliações, pois estes costumam ser aqueles que se destacam por apresentarem resultados superiores à média de notas escolares. Assim, observamos que dentro do grupo de *outsiders* (estudantes PAEE) há um grupo reconhecido socialmente como estabelecidos (aqueles com altas habilidades e superdotação).

Nesse sentido, é importante considerar que as relações de interdependência são reforçadas no equilíbrio de poder, que na verdade nunca é equilibrado, nunca é igual, é sempre instável, totalmente flexível e carregado de sentimentos como vergonha, medo, prazer, alegria, repugnância, entre outros sentimentos. Não podemos considerar que um grupo seja estabelecido hoje e que permaneça sempre com esse status, e nem que o *outsider* sempre o será, pois conforme nos apresenta a teoria eliasiana, as relações sociais estão em constante mutação. Para Elias (1994a, p. 50-51), nessa sociodinâmica:

[...] o poder social de pessoas ou grupos de uma mesma área social é excepcionalmente desigual, quando grupos socialmente fracos e de posição subalterna, sem oportunidades significativas de melhorar sua posição, são pareados com outros que detém o controle monopolista de oportunidades muito maiores de poder social, os membros dos grupos fracos contam como uma margem reduzida de decisão individual. Nesse caso, quaisquer dons destacados ou características intensamente individualizadas entre os membros dos grupos fracos não podem ser desenvolvidos, ou só o podem ser em direções havidas por anti-sociais do ponto de vista da estrutura social existente.

O que Elias (1994a) considera como 'oportunidades significativas de melhorar sua posição' nos remete a própria constituição da modalidade Educação Especial, garantida pela legislação no Brasil como Lei de Diretrizes e Base para Educação Nacional (LDBEN) de 1996, a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) de 2008, além das possibilidades de recursos pedagógicos para minimizar as diferenças marcadas pelos fatores biológicos. Recursos como Atendimento Educacional Especializado (AEE²), a utilização de tecnologias assistivas³, currículo e atividades adaptadas são alguns dos direitos que os estudantes PAEE têm para garantir acesso às oportunidades escolares e possivelmente oportunidades sociais.

Para Veiga (2014), observa-se que esses direitos e garantias as estudantes PAEE resultam em tensões presentes na interdependência entre gestores, famílias, professores e estudantes, o Estado brasileiro, bem como a desigualdade nas relações de poder, que está presente até mesmo na formação dos professores que atuam junto aos estudantes PAEE, pois este também é um processo com muitos conflitos. Há diferença inclusive entre as políticas públicas direcionadas a Educação Especial e suas práticas, pois o motor de desenvolvimento das profissões de professor e gestor "possuem tensões entre os indivíduos pelo ajustamento e equilíbrio entre técnicas e demandas sociais" (VEIGA, 2014, p. 144).

O status de estabelecido, por não ser absoluto e permanente, depende de controle e manutenção do poder para sua permanência. Portanto, a inter-relação com outros grupos que se constituem e fazem referência ao poder, pode ser tencionado e possivelmente alterado dependendo dos interesses e dos objetivos que estão em jogo nessa sociodinâmica (ELIAS; SCOTSON, 2000). Muitas vezes são necessárias acordos ou concessões para manutenção do status. Políticas públicas voltadas para os estudantes PAEE (BRASIL, 2008) e política de cotas para deficientes e outras minorias em universidades têm o poder de desestabilizar essa manutenção do poder de determinada parcela social, abrindo possibilidade de acesso a uma parte da sociedade (ou outros grupos sociais) que não tinham as mesmas oportunidades de acesso.

Muitas vezes, é necessário utilizar de instrumentos para manter-se com o status de estabelecido e determinar as regras do jogo. Nesse conflito, os estabelecidos buscam maneiras de monopolizar oportunidades de poder e utilizá-las para marginalizar e estigmatizar outro grupo considerado inferior, ou de menor valor. O conflito entre os diversos grupos de interesses é a eterna dinâmica que culminam em mudanças sociais.

Em certos estágios, os instrumentos de violência à disposição de alguns podem permitir-lhes negar aos outros aquilo de que estes precisam para garantir e efetivar sua existência social, ou mesmo, ameaça-los e subjugá-los e explorá-los constantemente; ou então as metas de alguns podem realmente exigir que se destrua a existência social e física de outros (ELIAS, 1994a, p. 44).

Tanto a estigmatização de *outsiders* aos estudantes PAEE quanto a dinâmica social que a constrói, comprovam o fato de que somos dependentes do tempo, local e circunstâncias em que nascemos e crescemos, das funções e da situação de nossos pais e a escolarização que recebemos. Estes são apenas alguns mecanismos que possibilitam acesso ao poder. Quanto as relações de poder e os estabelecidos, a política educacional de uma nação pode ser resultado de tensões entre interesses em contextos diversos e

² O atendimento educacional especializado ou AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas (BRASIL, 2008).

³ Tecnologia assistiva é o termo utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão. (BERSCH, 2008)

também instrumento para que estabelecidos mantenham seus status, refletindo um comportamento hierárquico. Quando surgem grandes grupos de *outsiders* e há competição entre os estabelecidos, pode haver uma mudança do tecido social como as mudanças ocorridas em relação à Educação Especial na realidade brasileira. Por vezes, “os estabelecidos são compelidos a levar em consideração as exigências da grande massa de *outsiders*” (ELIAS, 1993, p. 209).

4. Formação de estados-nações e a construção das identidades na escola

Importante compreender que no percurso do processo civilizador, o indivíduo vai se constituindo apto para viver em sociedade. Nessa constituição, é natural a formação de grupos sociais em determinado local e de tamanhos diversos que Elias (1994b) define como *habitus* social. Estes grupos possuem características bem definidas como língua sólida e firme (e também flexível), produção de identidades-eu e identidades-nós (como é o caso da nacionalidade), como uma definição do local onde o indivíduo nasce e/ou reside, e também relações cambiantes de poder que se configura na “manipulação dos sentimentos em relação ao Estado e à nação, ao governo e ao sistema político é uma técnica muito difundida na práxis social” (ELIAS, 1994b, 171). Os sentimentos manifestados entre indivíduos e/ou grupos de indivíduos em relação ao Estado transita entre o amor (carga afetiva) e o ódio (conflitos e interesses). O ambiente da escola tem o poder de controlar/influenciar esses sentimentos nos indivíduos ou grupo de indivíduos.

Para Elias (1994a), a sociedade e os Estados:

são dependentes entre si, seja economicamente através da ameaça unilateral ou mútua de violência ou do uso do direito da violência, seja através da difusão de modelos de autocontrole e de outros aspectos comportamentais e afetivos que emanam de alguns centros, da transferência de modelos linguísticos ou de modelos culturais e de outras maneiras (ELIAS, 1994a, p.136).

A formação de um Estado nacional é descrita por Elias como uma necessidade dos tempos modernos, por conta dos conflitos existentes entre grupos (amor e ódio), como uma unidade de sobrevivência com solidez, traços de resistência e arraigamento de seu *habitus* social (ELIAS, 1994b). Nos identificamos como brasileiros em nossa identidade-nós pelo modelo linguístico, cultural e comportamental e, em nosso contexto, há grupos sociais como os reconhecidos pela legislação brasileira como estudantes PAEE (BRASIL, 2008) de acordo com suas particularidades e necessidades educacionais que formam um tipo de identidade-eu.

Para formar aglomerados maiores, o Estado utiliza de forças centrípetas que significa a união na formação de unidades mais extensas e com um poder forte com a necessidade de instituições estáveis e burocratização das relações (ELIAS, 1993). Elias identifica a dupla função dos Estados nacionais contemporâneos “como unidades de sobrevivência e unidades potenciais e efetivas de aniquilação, expressa-se em peculiaridade do *habitus* social dos indivíduos que os compõem” (ELIAS, 1994b, p. 170).

O monopólio é característica dessa formação de Estados, tanto de tributação quanto de força física. Estes dois monopólios apontados por Elias como a espinha dorsal da organização em Estados (ELIAS, 1993). Essa figuração fica clara no Estado brasileiro que possui características peculiares de monopólio nesses dois âmbitos. O indivíduo, inserido nesse *habitus* social, possui costumes e conflitos sociais peculiares, mas que com a globalização também podem assumir características e conflitos semelhantes com outros lugares.

Para atingir um elevado nível de integração, o Estado, em nível macro, depende de recursos para gerenciar as figurações micro que a compõem e assim ir de encontro a sua soberania. Uma das funções dos Estados é proteger o indivíduo como súdito da violência

de outros indivíduos dentro e fora do *habitus* social. Ao proteger exerce sua soberania dentro de um processo de integração dos indivíduos em nível macro e micro, gerenciando perigos e medos que norteiam essa relação. As disputas estão presentes nessa realidade, sejam entre classes, partidos e entre Estados. Em seus esforços de garantir a “segurança física e social de seus cidadãos diante de um possível ataque de outros Estados, eles dão continuamente a impressão de estarem ameaçando aqueles por que se sentem ameaçados”, criando um status de insegurança permanente. (ELIAS, 1994b, p. 170). Assumimos que a Educação, controlada pelo Estado, pode ser considerada mais um dos monopólios, pois além de ser um importante local de formação da identidade-nós e do processo civilizador do brasileiro, é utilizada para controlar as relações entre indivíduo e sociedade.

Na construção do que Elias (1994) chama de imagem-do-nós e ideal-do-nós, das ferramentas que os Estados dispõem podemos citar as legislações e/ou as políticas públicas por eles praticadas. As legislações definem quem somos dentro de um *habitus* social, nossos direitos e deveres, e institui formas de resolver conflitos (um exemplo de autorregulação). E nessa dinâmica social, o Estado tem a escola, inserida no tempo e no espaço de um *habitus* social, como uma de suas ferramentas para controle dos indivíduos. Na constituição e importância do ambiente escolar para a normatização de regras sociais é possível utilizá-la até mesmo para “a manipulação dos sentimentos em relação ao Estado e à nação, ao governo, ao sistema político é uma técnica muito difundida da práxis social” (ELIAS, 1994a, p. 171).

A escola tem a capacidade de instituir um padrão altamente regulado e diferenciado de autocontrole, mas ao permitir que aos estudantes PAEE seja negligenciado o acesso à educação, ou de qualidade inferior em relação aos outros estudantes, faz com que muitos de seus cidadãos fujam do padrão regulado e de autocontrole. A escola recorre ao poder de ação e decisão, fruto das interdependências que surgem da sua prática social, para adequar o indivíduo ou civilizá-lo. É uma formação social importante para o processo civilizador, para a construção da imagem-do-nós dentro do Estado e desempenha uma função primordial na “formação de imagens do eu e do nós dos jovens, e produção e reprodução de identidades-eu e nós ao longo de gerações” (ELIAS, 1994a, p. 171), uma moldagem social que o faz assumir uma forma especificamente humana. Elias discute essa função civilizadora da escola e destaca que “as relações cambiantes de poder, infra e interestatais, influenciam a formação de sentimentos nessa área” (ELIAS, 1994a, p. 171).

Esses conceitos apresentados por Elias são complementares da relação indivíduo e sociedade. Sendo parte de uma sociedade, a escola e os indivíduos que a compõem, os profissionais da educação e os estudantes estão conectados com suas práticas e a influência do Estado, através de legislações e políticas públicas educacionais formando figurações diversas. Esta ligação formada pelo contexto escolar e objetivos pedagógicos norteadores do trabalho escolar na materialização de políticas (como as regras de funcionamento da escola, currículo base, práticas pedagógicas entre outros), não permite papéis isolados no longo percurso histórico. Portanto, os conflitos característicos dessas inter-relações no ambiente escolar, a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Política Nacional de Educação e a Política Nacional de Educação Especial do Brasil tornam evidentes as problemáticas sociológicas do ser estudante público-alvo da Educação Especial, definindo o entendimento das disputas e o equilíbrio na teia social.

5. Considerações finais

Os modelos mais recentes de civilização apontam que as mudanças ocorridas a partir do século XX, especialmente no ambiente escolar, ressignificaram comportamentos, indivíduos e suas relações de poder. A educação como fenômeno social merece

investigação (SARAT, 2014) e a Educação Especial como parte deste processo também merece destaque em pesquisas.

O modelo inclusivo de ensino deu espaço a estudantes que eram historicamente segregados. De acordo com a LDBEN (BRASIL, 1996) em seu artigo 58, a Educação Especial deve acontecer preferencialmente na rede regular de ensino. Ao observarmos o processo civilizador mais recente e a rede regular de ensino percebemos a diversidade de estudantes seja em razão de deficiência, religião, gênero e outros e que esta é discutida/notada em sala de aula e tem traçado novas relações sociais. A conquista pelo espaço desses estudantes alterou o ambiente escolar e isso não é celebrado ou facilmente aceito por todos que compõem esses ambientes. Aceitar tais mudanças gera alteração nas relações de poder e acesso e permanência que anteriormente não existiam.

Os estudantes PAEE que possuem características biológicas peculiares costumam passar pelo processo civilizador e regulação de pulsões de forma diversa da maioria, e este fato torna o ambiente escolar diverso e complexo. Essa diversidade e complexidade do ambiente pode ser considerada um sinal de civilização de uma sociedade já que “em sociedades mais simples há menos alternativas, menos oportunidades de escolha, menos conhecimento sobre as ligações entre os acontecimentos, menos oportunidades passíveis de serem perdidas quando vistas em retrospectiva” (ELIAS, 1994a, p. 110). Reconhecemos como um avanço quando o próprio Estado reconhece e garante direitos em leis específicas como é o caso da Política Nacional de Educação Especial.

As relações de poder também se alteram por conta das tensões sociais ampliadas no cotidiano do ambiente escolar. As relações entre professores e estudantes sofreram uma alteração significativa para a mudança de comportamento de professores quanto ao uso de violência verbal ou física e até mesmo quanto a invisibilidade de estudantes PAEE em sala de aula. A sensibilização dos profissionais de educação em relação as necessidades específicas dos estudantes, contra a estigmatização e os meios de violência utilizados são importantes tanto para o processo civilizador quanto para o processo de aprendizagem. Portanto, a teoria eliasiana é um importante recurso sociológico para compreendermos o processo de integração/relação humana e suas tensões presentes no ambiente escolar e estas, assim como o processo civilizador, estão em constante mutação.

Referências

BERSCH, Rita. Introdução à tecnologia assistiva. **Porto Alegre: CEDI**, v. 21, 2008.

BRASIL, **LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/1996**. Brasília, Brasil, 1996.

BRASIL, **Estratégias e orientações para a educação de alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem associadas às condutas típicas**. / Secretaria de Educação Especial. - Brasília: MEC ; SEESP, 2002.

BRASIL, **PNE - Plano Nacional de Educação - Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014**. Disponível em: <<https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 10 Oct. 2021.

BRASIL, **PNEE - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008a. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf>>. Acesso em 25 de ago 2020.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica.** 2008b. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192>. Acesso em 25 de ago 2020.

ELIAS, N. **O processo civilizador: formação do Estado e Civilização.** v2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.

ELIAS, N. **Teoria simbólica.** 1.ed. portuguesa. Oeiras: Celta Editora, 1994b.

ELIAS, N. **Envolvimento e alienação.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998a.

ELIAS, N. **Sobre o tempo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998b.

ELIAS, N. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001a.

ELIAS, N. **A solidão dos moribundos, seguido de, Envelhecer e morrer.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001b.

ELIAS, N. **Norbert Elias por ele mesmo.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001c.

ELIAS, N. **Escritos & Ensaios: Estado, processo, opinião pública.** v1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ELIAS, N. **Introdução à sociologia.** Lisboa/Portugal: Edições 70, 2014.

ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes.** v1. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** (Vera Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2000.

MANTOAN, M. T. E. A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar. Faculdade de Educação Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. In: MANTOAN, M. T. E. **Os Sentidos da Integração e da Inclusão, no Contexto da Inserção Escolar de Deficientes.** Faculdade de Educação Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.

SANTOS, F. L.; BAZILATTO A.; MILANEZI, T. C. M., Terminalidade específica: benefício ou exclusão velada?, **Revista Cocar**, v. 14, n. 30, 2020.

SARAT, M. Contribuições de Norbert Elias aos estudos da infância e Processo Civilizador. **Leituras de Norbert Elias: processo civilizador, educação e fronteira.** Maringá: Eduem, 2014.

VEIGA, C. G. Emoções e Poder no Processo de Institucionalização da Profissão Docente: a civilização dos professores. **Leituras de Norbert Elias: processo civilizador, educação e fronteiras**. Maringá/PR: Eduem, p. 137-156, 2014.